

COISAS DA POLÍTICA

■ DORA KRAMER

FH incorpora ação da CPI

O presidente Fernando Henrique Cardoso vai se reunir com o presidente e o relator da CPI do Narcotráfico para, junto da área federal de segurança e defesa dos direitos humanos, dar início a uma ação nacional de combate à criminalidade. O ato, inicialmente marcado para hoje mas que pode ser adiado para a semana que vem, tem o sentido político de estabelecer a questão de segurança pública como prioritária, um assunto de segurança nacional.

A constatação, no âmbito federal, é que se a situação de segurança no país pudesse ser comparada a um organismo doente de câncer, o diagnóstico seria o de metástase. Advogado criminalista durante toda a vida, o ministro da Justiça, José Carlos Dias, confessa que só ao chegar ao ministério teve a noção exata do quanto está disseminado no Brasil o crime organizado, que se origina no narcotráfico e se ramifica por assaltos, roubos, assassinatos, seqüestros, lavagem de dinheiro e toda sorte de ilícitos.

José Carlos Dias ficou surpreso com a capilaridade das ações, cujas dimensões ele estabelece pela quantidade de denúncias e relatórios dos ministérios públicos dos estados que chegam todos os dias a seu gabinete.

Além dos comandantes da CPI, o encontro com Fernando Henrique vai reunir o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, o secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso, e o ministro José Carlos Dias.

A intenção é que o presidente organize, resuma e transmita, em seu pronunciamento, a idéia de que a bandeira do combate ao crime pode ser levantada pelo governo federal mas deve ser incorporada pelos estados, que têm o comando das polícias, e pela própria sociedade, cuja irritação com a insegurança, detecta o governo, é crescente mas ainda dispersa.

O convite à CPI do Narcotráfico tem o objetivo de prestar reconhecimento público ao trabalho dos deputados, que estão rodando o país a cada dia levantando novos e escabrosos casos. De fato, raramente comissões parlamentares de inquérito conseguem justificar sua existência, para além da instrumentalização de reputações – para o bem e para o mal – a serviço do espetáculo de resultados inexistentes. A CPI do Narcotráfico da Câmara, a segunda comandada pelo deputado Moroni Torgan, está entre as que de fato se mostram úteis para a

**O presidente lançará
nacionalmente a
bandeira de combate
ao crime pedindo
adesão de estados
e sociedade**

coletividade e não apenas para as carreiras políticas dos que se revelam ao longo delas talentos histriônicos de qualidade discutível.

Só a cena que se viu quarta-feira no Rio, quando os deputados tiveram de mudar a rota de uma inspeção na Baía de Guanabara porque estavam na mira de homens armados nas lajes das casas da favela próxima à Ponta do Caju, diz mais que muitas horas de investigação a respeito do poder de Estado paralelo que detém o crime organizado.

Essa reunião da área federal traduz o que o ministro José Carlos Dias quis dizer quando propôs que se firmasse um pacto nacional pró-segurança. Evidentemente que os governadores são peças fundamentais nessa ação, já que são eles que comandam as polícias Civil e Militar. A Polícia Federal age a pedido deles. E, segundo o Ministério da Justiça, não há nenhuma decisão de se fazer intervenção em nenhum estado, nem onde a situação denota mais descontrole.

Por ora, o ministro José Carlos Dias fará um roteiro de visitas (ontem foi ao Acre) a vários estados e na próxima semana faz a primeira reunião do Conselho de Segurança, formado por todos os secretários de Segurança. Este conselho foi criado em 1997 e terá agora a sua primeira reunião, segundo informa o Ministério da Justiça.

Na opinião do ministro, o clima crescente de preocupação com o assunto nos últimos meses não quer dizer necessariamente que o crime tenha recrudescido. Significa antes que o problema está sendo mexido e, portanto, as coisas começam a aparecer.

Nesse sentido, o trabalho da CPI do Narcotráfico adquire muita importância, pois dá visibilidade ao que sempre aconteceu mais ou menos nas barbas do poder público.

E justamente por causa dessa visibilidade é que se espera que os governadores se sintam chamados aos brios e resolvam de fato atuar, por mais dependência que tenham e pressão que sofram por parte de suas polícias.

Poderiam começar por fazer como fez a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, que chamou a CPI para ir a seu estado. De lá, os deputados viajaram para o Rio sem que se escutasse o som das vozes dos governadores do Piauí e do Pará – a CPI estava lá por perto –, onde o que se vê é que não falta matéria-prima para investigação.

É evidente a importância da presença da comissão no Rio. Mas é mais evidente ainda a necessidade de que a ação de combate ao narcotráfico no estado não se resuma à transferência da ação do poder do Estado para a CPI com o exame de uma lista de nomes na qual estejam contidos dois ou três peixes de médio porte, muito bons para denotar providências. Mas insuficientes se o baronato zona-sul continuar na impunidade.